

OCUPAÇÃO REPUBLICANA NO OESTE DO PARANÁ: O CASO DA CRIAÇÃO DO GRUPO ESCOLAR BARTOLOMEU MITRE

REPUBLICAN OCCUPATION IN THE WEST OF THE PARANÁ: THE CASE OF THE CREATION OF TO SCHOOL GROUP BARTOLOMEU MITRE

Denise Kloeckner Sbardelotto*
João Jorge Correa**

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo analisar a história das primeiras iniciativas educacionais na região “pioneira” de ocupação brasileira da mesoregião oeste do estado do Paraná, que culminou na criação da primeira instituição de ensino pública: o Grupo Escolar Bartolomeu Mitre. Os dados serão analisados tomando como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico-dialético. O período histórico está delimitado entre 1889 – início da Primeira República e criação da Colônia Militar de Foz do Iguassú – e 1930 – final da Segunda República, marco de diversos acontecimentos mundiais e nacionais e, no âmbito da educação, auge das influências da Escola Nova no Brasil e das discussões sobre a construção de um sistema nacional de educação. A criação do referido Grupo Escolar significou a primeira medida efetiva do governo do estado do Paraná na intenção de nacionalizar os diversos aspectos da mesoregião oeste do estado, incluindo o seu sistema educacional. A instituição foi criada num período em que a educação começou a ganhar importância ainda maior sobre as possibilidades de desenvolvimento do país, que se adequava às novas relações de produção e às novas exigências do sistema capitalista.

Palavras-chave: Paraná, oeste, grupo escolar.

Abstract

The present work has will be objective you analyze the history of the first educational initiatives in "the pioneering" region of brazilian occupation of the region west of the state of the Paraná, that culminated in the creation of the first institution of public education: the School Group Bartolomeu Mitre. The data will be analyzed taking as proposal theoretician-metodológico the dialectical-historical materialism. The historical period is delimited enters 1889 - beginning of the First Republic and creation of the Military Colony of Estuary of the Iguassú - and 1930 - and of the Second Republic, landmark of diverse world-wide and national events e, in the scope of the education, height of the influences of the New School in Brazil and of the quarrels on the construction of the national system of education. The creation of the related you School Group meant the first measure accomplishes of the government of the state of the Paraná in the intention you nationalize the diverse aspects that region west of the state, including its educational system. The institution was created in period where the education started you gain still to bigger importance on the possibilities of development of the country, that if adjusted you the new relations of production and the new requirements of the capitalist system.

Key words: Paraná, west, school group.

* Mestranda em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa/UEPG e bolsista pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/CAPES.

* * Doutor em Educação e professor adjunto do Colegiado de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste/ Foz do Iguaçu.

¹ O termo “pioneiro (a)” será utilizado entre aspas, indicando que nos referimos à ocupação brasileira do século XIX e XX e que não desconsideramos as ocupações ocorridas em períodos históricos anteriores, incluindo a ocupação indígena dos povos Guarani e Caingangue.

INTRODUÇÃO

Para compreender a educação na mesoregião oeste do estado do Paraná atualmente é preciso antes explicar como esta foi sendo constituída ao longo da história. O Município de Foz do Iguaçu é considerado seu núcleo urbano “pioneiro”¹, portanto, levantar dados sobre a educação deste Município é, ao mesmo tempo, investigar como foram constituídas as primeiras iniciativas educacionais nesta região de ocupação recente.

O núcleo central deste trabalho objetiva analisar o processo de criação do primeiro Grupo Escolar da mesoregião oeste do Paraná: o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha que, posteriormente, passou a denominar-se Colégio Estadual Bartolomeu Mitre. Para tanto, explicaremos como ocorreu a ocupação brasileira da mesoregião oeste do estado do Paraná, a partir da criação da Colônia Militar do Iguassú, analisando mais especificamente como ocorreram as primeiras iniciativas de escolarização na região onde atualmente situa-se o Município de Foz do Iguaçu, até a criação do primeiro Grupo Escolar.

A Proclamação da República em 1889 e a tomada do poder pelos republicanos geraram efeitos nas políticas econômicas, fundiárias, tributárias, de defesa e segurança, bem como as políticas educacionais do estado² do Paraná. Segundo Oliveira (2001b): “No caso do Paraná, um dos efeitos dessa mudança foi o controle do governo do Estado pela burguesia regional [...]”. Neste contexto de fortalecimento dos ideais liberais, a nova fase do Estado fundamenta-se na concepção democrática, na qual a burocracia e o direito burguês se colocavam em evidência. Portanto,

A abolição dos escravos em 1888, a proclamação da República em 1889 e a Constituição de 1891 significaram componentes no processo de formação do Estado Burguês no Brasil. (OLIVEIRA, 2001b, p. 228-229).

Com a proclamação, o governo do estado do Paraná foi assumido pelo General Francisco José Cardoso Júnior que permaneceu menos de um mês no poder. Nos primeiros três anos da República, em todos os estados do país os governos eram

² Utilizaremos o termo “estado” quando se tratar de uma unidade da federação, e “Estado” quando se tratar de União ou de uma concepção. Ambos os níveis refletem uma determinada concepção de Estado que orienta as ações de um governo.

provisórios e as substituições demasiadamente freqüentes, causando uma instabilidade que justifica a falta de continuidade das políticas educacionais idealizadas por cada um dos governos, mesmo quando as tentativas eram amparadas por leis, decretos ou regulamentos. No final de 1891 quando o Marechal Floriano Peixoto assumiu a Presidência do Brasil, após a renúncia do Marechal Deodoro da Fonseca, o então governador do estado do Paraná foi deposto por ter apoiado Deodoro. A Junta Governativa que assumiu o governo do estado, meses depois convocou eleições e criou a Constituição Estadual de 1892.

As políticas para a instrução pública, por não serem prioridade da República, também não eram privilegiadas pelos Estados. Entretanto, é preciso reconhecer que os governos estaduais, nas primeiras décadas do século XX, criaram algumas alternativas para arrecadar recursos na intenção de investir na instrução pública popular. Contudo, segundo Oliveira (2001a), tanto a falta de recursos provenientes da União e a economia ervateira em baixa, quanto as tentativas de adequar a realidade do Estado do Paraná aos modelos educacionais de outros estados – mais especificamente baseado no modelo do estado de São Paulo que, por sua vez, sofreu influência norte-americana através dos ideais da Escola Nova - constituíram grandes entraves para que a instrução pública se concretizasse com qualidade e cumprisse efetivamente as promessas liberais e democráticas republicanas. Após a Proclamação da República, em meados da década de 1890, iniciaram-se as políticas educacionais brasileiras que instauraram os modelos dos grupos escolares, primeiramente no estado de São Paulo e, nas décadas seguintes, em vários estados do país.

Foi neste contexto que também se concretizou a idéia de fundar a Colônia Militar do Iguassú na mesoregião oeste do Paraná, sendo instalada na região onde hoje se situa o Município de Foz do Iguaçu. Mesmo objeto de discussão há muito tempo, a iniciativa de organizar e viabilizar efetivamente uma expedição para ocupar a mesoregião oeste paranaense e salvaguardar a estratégica tríplice fronteira só foi tomada no final do século XIX, quando o ministro João Alfredo criou a “Comissão Estratégica do Paraná”. Como parte da incumbência desta Comissão, a expedição rumo ao oeste do Paraná foi criada e dirigida pelo engenheiro militar Capitão Belarmino Augusto de Mendonça Lobo, comandada pelo Tenente engenheiro José Joaquim Firmino e seu auxiliar, o

Sargento José Maria de Brito. A missão era fundar na região da foz do rio Iguaçu uma Colônia Militar e construir estradas estratégicas que ligassem a região ao restante da Província (MINISTERIO DA GUERRA, 1965).

Como a foz do Iguaçu no caudaloso Paraná era uma região de importância estratégica, resolveu o governo imperial em 1888 instalar no local uma Colônia Militar. A política adotada passou a ser o fortalecimento da chamada “fronteira guarani” (WACHOWICZ, 2002, p. 226).

Com a Colônia, a região começou a ser povoada por brasileiros e organizada pelo governo do estado do Paraná, contudo, a escola pública foi uma das reivindicações da sociedade política e civil iguaçuense que tardou a ser atendida. Este fato ressaltava as contradições que envolviam as promessas democráticas do governo republicano, cujos ideais liberais efetivamente só favoreceram a consolidação da nova fase capitalista no Brasil. A primeira instituição escolar pública da mesoregião oeste do Paraná foi criada no atual Município de Foz do Iguaçu, chamado Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha que, posteriormente, passou a chamar-se Grupo Escolar Bartolomeu Mitre e depois, Colégio Estadual Bartolomeu Mitre, como é denominado até hoje. Esta instituição não foi criada por acaso, mas foi resultado de um processo histórico contraditório e de iniciativas da sociedade civil quanto a viabilização da instrução sem instituição, construção de suas casas escolares públicas, mantidas pelo Município ou pelo atores sociais “pioneiros”, diante das fortes reivindicações pela intervenção do estado nos assuntos da instrução pública e criação do **Grupo Escolar**. (EMER, 1991).

O GRUPO ESCOLAR CAETANO MUNHOZ DA ROCHA

A constituição do Município “pioneiro” da mesoregião oeste do estado do Paraná ocorreu por forte miscigenação de seus habitantes: índios, brasileiros, argentinos, paraguaios, colonos, militares ou funcionários do fisco e suas famílias. Durante todo o período de existência da Colônia Militar (1889 a 1912) não houve em Foz do Iguaçu nenhum tipo de escola ou casa escolar. O que havia eram iniciativas particulares muito restritas, ou seja,

um ensino ministrado por pessoas que tinham um mínimo de conhecimento e que se dispunham a trabalhar como professores particulares, geralmente ensinando em suas residências. Entretanto, esta iniciativa de pagar um professor que ensinasse seus filhos só poderia partir de famílias que tinham recursos financeiros para manter este serviço – as famílias mais abastadas da região de Foz do Iguaçu. Além disso, esta prática parecia ser mais comum às famílias de funcionários do governo, pois as crianças que pertenciam às outras famílias de posses costumavam ser enviadas às escolas de outras cidades do estado do Paraná, como Guarapuava (aproximadamente 395 Km de Foz do Iguaçu) ou Curitiba (aproximadamente 721 Km de Foz do Iguaçu). Algumas famílias chegavam a enviar seus filhos para estudarem até mesmo na cidade argentina de *Posadas* (aproximadamente 777 Km de Foz do Iguaçu) ou na capital paraguaia de *Assunción* (aproximadamente 370 Km de Foz do Iguaçu).

É importante destacar as formas de escolarização e as modalidades de práticas de ensino que Emer (1991) estabeleceu como características deste período: 1. a **instrução sem instituição**, que era de iniciativa do grupo social, mas sem nenhuma regulamentação; 2. a **casa escolar**, construída e mantida pelo grupo social “pioneiro”, também sem regulamentação oficial; 3. a **casa escolar pública** dos núcleos urbanos, criada e mantida pelo Município e; 4. o **grupo escolar**. Em Foz do Iguaçu, região “pioneira” do oeste do Paraná, o autor afirma que a instrução particular e domiciliar era oferecida apenas aos filhos daqueles que ocupavam um cargo mais elevado na Colônia. Até a criação do Município de Foz do Iguaçu, a instrução particular e domiciliar era a única modalidade educacional que existia na região “pioneira” do oeste do Paraná: “No período de 1889, ano da criação da Colônia Militar, até 1912, ano de sua extinção, não existiu escola ou casa escolar em Foz do Iguaçu” (EMER, 1991, p. 218).

Entretanto, em 1914, quando o Município de Vila Iguassú foi criado, alguns fatores contribuíram para que a escolarização no Município sofresse algumas transformações. O aumento da população e do número de agentes do fisco, ação do governo de combate ao contrabando de erva-mate e de madeira na fronteira, teve como consequência o aumento de famílias residindo em Foz do Iguaçu e de crianças que precisavam ser escolarizadas. A instrução particular nas

residências passou a ser insuficiente perante a demanda e os representantes políticos do Município intensificaram as reivindicações junto ao governo do estado por instrução pública. Emer (1991) conclui que, entre 1915 e 1916, a Prefeitura Municipal teria construído e mantido uma casa escolar, embora ainda precária e insuficiente.

A situação da educação no estado do Paraná durante os primeiros anos da República não era das mais animadoras. A maioria da população continuava analfabeta e, em razão da necessidade de assinatura para o voto após a reforma eleitoral Imperial, o governo começou a aumentar o número de escolas, que algumas vezes acabavam ficando inutilizadas pela falta de professores. A partir de 1914, na intenção de organizar as casas escolares em diversos centros urbanos, o governo criou uma nova forma de escola: os Grupos Escolares. (EMER, 1991). Entretanto, Araujo (2007) afirma que já em 1903 o governo do estado do Paraná dera início às políticas educacionais públicas de institucionalização dos grupos escolares.

De acordo com os registros históricos encontrados, sabe-se que não somente a educação, mas diversos setores da sociedade iguaçuense, desde a fundação da Colônia Militar do Iguassú até o final da década de 1930, sofriam com a falta de investimentos e atenção por parte dos governos. Embora a educação fosse apenas mais uma das necessidades, principalmente a partir de 1914 quando foi fundado o Município de Vila Iguassú, a organização da sociedade política e civil da região intensificou as reivindicações pela intervenção do estado em favor da educação e de outros serviços públicos (EMER, 1991). Apesar de serem privilégios de famílias ricas, as iniciativas particulares de instrução ou o envio de crianças para se escolarizarem fora do Município começaram a ficar inviáveis com o aumento do contingente de crianças. Entretanto, é preciso salientar que, existiam também as crianças provenientes de famílias pobres que, por não terem condições financeiras para custear nenhuma das duas alternativas existentes, simplesmente não escolarizavam seus filhos.

Em 1927, a criação do Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha pode ser considerada a primeira iniciativa por parte do estado em institucionalizar a educação do oeste do Paraná. O Grupo foi criado através do acordo entre o estado e a Igreja Católica para viabilizar a educação no Município, inicialmente dirigido pelo Monsenhor Guilherme

Maria Thiletzek. Além disso, contavam com dois professores padres e duas professoras residentes em Foz do Iguaçu que foram escolhidas pelos padres (EMER, 1991).

Contudo, para entendermos como ocorreu a primeira iniciativa por parte do estado do Paraná em investir na educação do Município de Foz do Iguaçu, antes explicaremos como estava organizada a assistência religiosa Católica na região. Até 1918, apenas um sacerdote de *Posadas*, capital da Província Argentina de Misiones, havia visitado, duas ou três vezes, a população católica iguaçuense (SEITZ, 1974).

Segundo Seitz (1974) principalmente depois que o Município de Vila Iguassú foi criado (1914), fazia parte das reivindicações da população local a presença de sacerdotes brasileiros que prestassem a assistência religiosa aos católicos que ali residiam. De 1918 em diante, esporadicamente, a Paróquia de Guarapuava enviava padres da congregação do Verbo Divino para visitarem os católicos iguaçuenses. O primeiro a ser enviado foi o Padre Guilherme Münster e, posteriormente, outros padres enfrentavam a penosa viagem de Guarapuava à Foz do Iguaçu, ficando hospedados nas casas de habitantes do local.

O primeiro Sacerdote que de Guarapuava veio trazer ao bom povo de Foz do Iguassú os consolos da nossa santa religião, foi o Ver. Pe. Guilherme Münster que por sua *affabilidade* e bondade soube logo conquistar as *sympathias* do povo. Espontaneamente este lhe ofereceu um banquete no Hotel Schimmelpfeng e quando o bom padre se despedia, muitos amigos o acompanhavam um pouco na estrada que vai a Guarapuava. Mais tarde visitavam a Colônia Militar de Foz do Iguassu os Revmos Padres Camillo Kerkhoff, Humberto Mendes, Nicolão Trimon, Nicolão Raus, Paulo Tehneides e finalmente Pe. Guilherme Thiletzek que enviado por Exmo. e Revmo. Sr. Dom João Francisco Braga, tinha a missão especial de visitar a antiga Colônia Militar e dar informações minuciosas a respeito da nova Comarca recentemente criada em Foz do Iguassú e do seu movimento religioso. Este sacerdote desempenhou fielmente a sua missão referindo ao zeloso e santo Bispo Diocesano de Curityba tudo o que via e ouvia em Foz do Iguassú. (PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA, 1920, p. 3-4).

Esta viagem ocorreu em 1922 e a missão do Padre Guilherme Maria Thiletzek (nascido na Alemanha em 1882, ordenado em São Gabriel - RS, no ano de 1907, data em que veio ao Brasil) era de inspecionar e entregar ao Bispo de Curitiba, D. João Francisco Braga, um relatório minucioso sobre as condições do município. Como o transporte de Guarapuava à Foz do Iguaçu era muito lento e penoso devido à precariedade das estradas, as autoridades eclesiásticas, com base neste relatório, julgaram possível a criação de uma Paróquia em Foz do Iguaçu (SEITZ, 1974).

Diante das dificuldades econômicas para a instalação da paróquia, o bispo de Curitiba pediu auxílio ao governo do Estado. Este comprometeu-se em repassar subvenções e até salários para os padres, mas, em contrapartida, a paróquia deveria construir e dirigir um grupo escolar em foz do Iguaçu (EMER, 1991, p. 220).

Por iniciativa da Igreja Católica ou do estado do Paraná, através de uma previsão jurídica de 26/09/1923, os padres ficaram autorizados a atuar na região de Foz do Iguaçu, como coadjuvantes de Guarapuava. O Padre Guilherme Maria Thiletzek foi nomeado o encarregado da Igreja de Foz do Iguaçu. Com permissão do bispo, partiram de Guarapuava em 09/10/1923 e chegaram a Foz do Iguaçu na noite do dia 28/10/1923. O terreno para construir a igreja já tinha sido doado pelo Prefeito Jorge Schimmelpfeng em nome da Prefeitura Municipal em 14/12/1916. Quando chegaram, os padres se instalaram neste local, numa casa de madeira atrás da capela já construída, chamada Capela São João Batista, que deu origem a atual Igreja Matriz (SEITZ, 1974).

Segundo Seitz (1974), no final do ano de 1923, o Padre Guilherme Maria Thiletzek se ausentou de Foz do Iguaçu e se deslocou até Guaíra para verificar a construção de uma igreja que a população estava prestes a realizar, com auxílio da empresa Matte-Laranjeiras. Uma vez que o Padre Thiletzek foi encarregado dos trabalhos religiosos na matriz e nas capelas, a casa escolar ficou sob a coordenação do Padre João Progzeba, com o auxílio do Irmão Bianchi. Começou atendendo 63 alunos num barracão atrás da capela de madeira. Esta foi a primeira intervenção do governo do estado no que se refere à instrução pública no Município “pioneiro” do oeste do Paraná e representou o germe da posterior criação do primeiro Grupo Escolar no Município de Foz do Iguaçu (SEITZ, 1974).

Seguindo o modelo dos grupos escolares de 1914, em 1927, o Governador Caetano Munhoz da Rocha criou o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha, que iniciou as atividades em um prédio construído com recursos do estado, localizado onde hoje se situa a Agência da Receita Estadual, à Rua Barão do Rio Branco, em frente à atual Praça Getúlio Vargas. Ao lado do atual prédio dos Correios, no Município de Foz do Iguaçu.



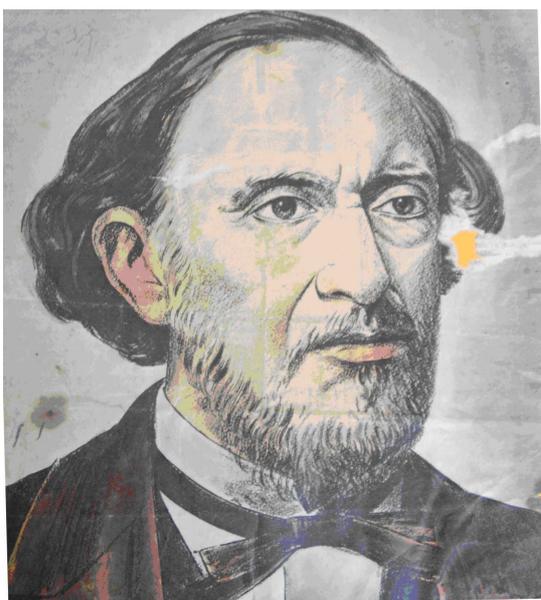
Figura 1. Antiga sede do Colégio Estadual Bartolomeu Mitre. s/d. Fonte: Site oficial da Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo/br/atrativos/mitre>

O grupo escolar foi instalado em 15 de novembro de 1927 e iniciou suas aulas no dia 15 de janeiro de 1928. Seu primeiro Diretor foi Monsenhor Guilherme Maria Thiletzek e o primeiro corpo docente era composto pelos professores João Worth, José Winks, (ambos padres), Aretuza Reis da Silva, Francisca Vesino Correia e Ottilia Schimmelpfeng. Os primeiros serventes do grupo escolar foram: Noemia Oliveira e Catulínia Moreira, conhecida como D. Catula. A primeira turma a ser formada no chamado curso complementar, com duração de seis anos, foram os seguintes alunos: Rui Ferreira, Valdemar Fairtag, Maria Dolores A. Padilha, Agripina Vera, Alberto Rangel Baptista, Rufino Lafuente e Antonio Ayres Aguirre (primeiro cartorário de Foz do Iguaçu). No ano seguinte, em 1929, as Professoras Iguassuína Ferreira e Mercedes Braga, foram incorporadas ao corpo docente do grupo escolar. Esta última ainda tem o mérito de ter sido a primeira professora normalista da instituição, no final da década de 1950 (LIMA, 2001).

Em 25 de fevereiro de 1928, encerrou-se o mandato do Presidente do estado do Paraná Caetano

Munhoz da Rocha e Afonso Alves de Camargo assumiu provisoriamente até 05 de outubro de 1930, quando foi nomeado o interventor federal no estado do Paraná, o general Mario Alves Monteiro Tourinho. O interventor tomou medidas enérgicas para a nacionalização da tríplice fronteira, como parte de um movimento de "marcha para o oeste", incentivado pelo governo federal por todo o país. Sob direcionamento da política de nacionalização adotada pelo governo do estado, o Grupo Escolar recebeu um diretor estadual normalista, chamado Carlos Freire de Coimbra, que tomou posse do cargo em 1931. O Grupo Escolar continuou sendo subvencionado pelo estado, mas a partir desta data, os padres se dedicaram apenas ao trabalho pastoral e os professores passaram a ser nomeados pelo governo estadual.

Durante a década de 1930, o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha passou a se chamar Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, nome escolhido pelo então prefeito do Município de Foz do Iguaçu, Jorge Sanways, durante sua gestão de 1933 a 1937. Pelas informações obtidas, o primeiro corpo docente do Grupo Escolar, após a mudança de nome, contava com as seguintes professoras: Catarina, Maria Reis da Silva, Otília Schimmelpfeng, Iguassuína F. Coimbra, a Diretora Iolanda Fava Lenzi e a Inspetora conhecida como Iaiá. O nome do Grupo Escolar Bartolomeu Mitre foi escolhido em homenagem ao general argentino que, em 1865, durante a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), impediu que as tropas paraguaias cruzassem o território a oeste do Paraná e adentrassem o território brasileiro.



Fonte: Biblioteca do Colégio Estadual Bartolomeu Mitre.

Figura 2. General Argentino Bartolomeu Mitre.

Segundo Emer (1991), o motivo pelo qual o grupo escolar ganhou este nome não está totalmente esclarecido. O autor questiona: “[...] porque Bartolomeu Mitre? Teria sido apenas uma inocente homenagem ao general argentino da Guerra da Tríplice Aliança?” (EMER, 1991, p. 222). Infelizmente, pela carência de fontes, também não nos foi possível esclarecer esta questão. Entretanto, podemos apresentar um novo elemento, através do seguinte questionamento: haveria algum motivo, pessoal ou político, para que o então prefeito Jorge Sanways, durante sua gestão de 1933 a 1937, escolhesse homenagear um general argentino, colocando seu nome no primeiro (e único na época) Grupo Escolar de Foz do Iguaçu?

Em 1944, durante o governo estadual de Manoel Ribas, através do decreto n.º 282, foi criado oficialmente o Grupo Escolar Bartolomeu Mitre, o primeiro e único, estabelecimento de ensino público do Município de Foz do Iguaçu até esta data, na ocasião, dirigido pela Professora Ruth Sottomaior Pedroso. Nessa data, o Município, contava apenas com uma escola (Grupo Escolar Bartolomeu Mitre), duas Igrejas Católicas (Divino Espírito Santo e São João Batista), um hospital e um hotel. Desde sua criação até 1952, o Grupo Escolar Bartolomeu Mitre funcionou onde hoje está instalada a Agência da Receita Estadual. A partir daí, ganhou nova sede, funcionando na Rua Jorge Schimmelpfeng, 351, prédio onde está localizado até o momento.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Figura 2. Colégio Estadual Bartolomeu Mitre e Praça Bartolomeu Mitre, vista atual da Rua Jorge Schimmelpfeng, 2007.

O processo de criação do primeiro Grupo Escolar da mesoregião oeste do Paraná, Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha, esteve diretamente relacionado aos interesses da classe social hegemônica política e economicamente do

Município de Foz do Iguaçu. Quando transformado em público e gratuito, não significou que o Grupo Escolar atendia e beneficiava à classe trabalhadora da mesma forma que atendia à elite que viabilizou a sua criação e funcionamento. A criação de um Grupo Escolar na região de Foz do Iguaçu veio ao encontro da necessidade da elite local, em formar herdeiros que pudessem substituí-los nos negócios do comércio ou nas funções dos cargos do governo e, portanto, garantir o poder à minoria que queria manter a hegemonia política e econômica na região de Foz do Iguaçu. No limite, o salto qualitativo da educação no oeste do Paraná foi destinado apenas a uma parcela da população e, além disso, “[...] significou mais a presença do poder do Estado e uma diluição da relação da sociedade com sua escola, que o Estado a serviço daquela formação social” (EMER, 1991, p. 241).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do referencial teórico-metodológico materialista histórico-dialético, entendemos que

[...] o processo de institucionalização da educação é correlato do processo de surgimento da sociedade de classes que, por sua vez, tem a ver com o processo de aprofundamento da divisão do trabalho (SAVIANI, 2007, p. 9).

Sendo assim, buscamos explicar a história do surgimento de uma instituição educativa com a convicção de que é apenas a partir da explicação do contexto da materialidade que podemos formular, por meio da análise, abstrações sobre a realidade.

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real (MARX, 1988, p. 26).

Com base histórica, entendemos que um fato não pode ser estudado somente a partir de seu estado atual, mas é necessário verificar os condicionamentos existentes ao longo de sua história. Nada é naturalmente constituído, tudo é produto da história dos homens. Através do pressuposto dialético, entendemos que a história é feita através de um movimento contínuo de contradições. O movimento da história sofre

interferências do homem e este da história: a condição de intervir é conhecer o processo, como era, como é e como tende a ser.

Portanto, quando buscamos compreender o processo de criação do primeiro Grupo Escolar do oeste do Paraná, não podemos dissociá-lo da história geral do núcleo urbano “pioneiro” desta mesoregião: o atual Município de Foz do Iguaçu. Da mesma forma, também não podemos entender como a educação no Município foi constituído sem antes compreender a totalidade em que este estava inserido, o panorama social, econômico, político e educacional do Estado do Paraná e do Brasil no período em estudo.

Conforme a Colônia Militar foi sendo construída e estruturada por seus “pioneiros”, as classes sociais foram se definindo e se distanciando entre si. Quando ainda não havia instrução pública, a escolarização era privilégio dos poucos que podiam pagar por aulas particulares a domicílio ou em casas escolares, ou que podiam enviar seus filhos aos grandes centros urbanos. A modalidade de **casas escolares**, quando **pública**, teria por finalidade atender a toda a população. Contudo, sabemos que quando o Grupo Escolar foi criado, nem todos os alunos tinham a oportunidade de concluir seus estudos, provavelmente devido às condições de miséria de suas famílias, que precisavam do trabalho de seus filhos e não encontravam (nem poderiam) na escolarização uma forma efetiva de melhorar suas condições de vida material. Portanto, podemos supor que, mesmo quando as **casas escolares** eram públicas – consta que houve uma **casa escolar pública** em Foz do Iguaçu, mantida pelo Município, entre os anos de 1915 e 1916 – a escolarização foi sendo reivindicada e aproveitada apenas pela parcela de habitantes com maior poder econômico e político, reproduzindo o que ocorreu quando houve a criação do primeiro Grupo Escolar.

A descentralização das questões da instrução pública, através do Ato Adicional de 1834, benéfica ou não, era também a situação que se encontrava o Estado do Paraná. Entretanto, o acesso dificultoso por terra e a predominância da influência política e econômica argentina e paraguaia na região de Foz do Iguaçu, colocava o oeste do Paraná em situação ainda mais precária que o restante do Estado. Aqueles “pioneiros” que tinham melhores condições econômicas ou alguma influência política encontravam soluções para que não faltasse educação aos seus filhos. Inicialmente, contratavam professores particulares que lecionavam em suas

residências, na modalidade de **instrução sem instituição**, em **casas escolares** mantidas pelo grupo social ou mantidas pelo Município, ou enviavam seus filhos para estudarem em grandes centros urbanos, no Brasil, no Paraguai ou na Argentina.

Contudo, tanto no período de existência da Colônia Militar do Iguassú, da Vila Iguassú, quanto naquele em que a localidade passou a Município de Foz do Iguaçu, a sociedade iguaçuense sempre esteve dividida em classes, entre uma elite de influência política e poderio econômico e outra classe desapropriada e marginalizada de recursos materiais. A importância dada à educação na região de Foz do Iguaçu, bem como o acesso a ela, era privilégio desta classe social que encontrava na escolarização uma maneira de ascensão social: famílias de funcionários do governo ou de representantes políticos da região, que escolarizavam seus filhos para que também ocupassem os cargos e mantivessem certo tipo de controle político. Essas possibilidades demandavam recursos de que a população pobre não dispunha. Apenas as famílias mais abastadas podiam pagar por aulas particulares, ajudar a manter casas escolares ou enviar seus filhos para estudarem fora da localidade.

A intervenção do Estado do Paraná, prevista pelo Ato Adicional de 1834, somente ocorreu no início da década de 1920, quando firmado o acordo entre o Estado e a Igreja Católica para viabilização da instrução pública no Município de Foz do Iguaçu. Tardamente, visto que a Colônia Militar foi fundada ainda em 1889. Este acordo pode ser considerado a primeira ação do governo do Estado para com a instrução pública no oeste do Paraná. Apenas no final da década de 1920, foi autorizado e construído com recursos do Estado, o primeiro Grupo Escolar de Foz do Iguaçu e do oeste do Paraná – o Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha – que, posteriormente, passou a chamar-se Grupo Escolar Bartolomeu Mitre. Conforme mencionamos, segundo conclusões de Emer (1991), é provável que esta parceria entre a Igreja Católica e o Estado tenha sido firmada em razão da necessidade de professores habilitados e capacitados, que se sujeitassem a fixar residência numa região recém ocupada por brasileiros e com sérias carências estruturais como era o caso do Município de Foz do Iguaçu. Os padres foram a solução encontrada para resolver o problema da falta de professores, visto que na região eram

poucos os que tinham condições de ensinar e que possuíam habilitação para tal.

Entretanto, provavelmente devido ao funcionamento precário e limitado das primeiras iniciativas educacionais de Foz do Iguaçu e à preocupação dos iguaçuenses para com uma educação de qualidade, houve aumento das reivindicações junto ao governo do Estado que, por fim, acabou viabilizando pela primeira vez a instrução pública no oeste do Paraná, sob a supervisão de padres. Esta foi a gênese do Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha.

Contudo, com exceção do acordo entre a Igreja Católica e o Estado, percebemos que as iniciativas de escolarização existentes na região de Foz do Iguaçu antes da fundação do Grupo Escolar foram de suma importância para a constituição da educação no oeste do Paraná. Na medida em que o grupo social “pioneiro” organizava e viabilizava formas de escolarização, a idéia de investimento em educação enquanto elemento importante para o desenvolvimento do país começava a ganhar força neste momento histórico. Com isso, estas iniciativas acabaram por representar a gênese da escola institucionalizada, pública, laica e mantida pelo Estado.

As medidas de nacionalização estaduais e federais (através do decreto federal de 1917 e do decreto n.º 300 de 1930) tinham a intencionalidade tanto de nacionalizar as instâncias administrativas (moeda, documentos expedidos, etc.) como a cultura, através da educação, que também tinha de ser nacionalizada. O estado do Paraná passou a subvencionar apenas as escolas que ensinassem em língua portuguesa e, a partir de 1914, determinou-se que as escolas de imigrantes fossem vigiadas e fechadas quando ensinassem em outra língua. Estes fechamentos acarretaram um desfalque muito grande de escolas, diante da falta de investimento do estado na construção e manutenção de novas escolas públicas no lugar das que eram fechadas. Apesar da existência da casa escolar municipal entre os anos de 1915 e 1916 e do Grupo Escolar em 1927, das medidas de nacionalização e diante das condições precárias e de abandono da mesoregião oeste pelo poder público estadual, até o decreto n.º 300 de 1930, a educação em Foz do Iguaçu foi influenciada pela cultura estrangeira, que ainda predominava na região (EMER, 1991).

É importante destacar que, antes e durante o funcionamento do Grupo Escolar, existiam outras iniciativas educacionais que, por não terem sido consideradas oficiais em sua época, não nos deixaram

muitos registros. Podemos citar como exemplo, principalmente a partir da segunda onda migratória na década de 1940, a existência das escolas dos colonos migrantes que, ensinando nos idiomas de origem, portanto, não eram reconhecidos pelo governo brasileiro e, constantemente, eram controlados e fechados, a partir das medidas de nacionalização dos governos federal e estadual. Portanto, o Grupo Escolar Bartolomeu Mitre foi a primeira instituição pública oficializada do oeste do Paraná, mas não a única.

A criação do Grupo Escolar Caetano Munhoz da Rocha no final da década de 1920, significou a primeira medida efetiva do governo do estado do Paraná para nacionalizar a educação na mesoregião oeste do estado. A instituição foi criada em um período em que a escolarização começou a ganhar importância ainda maior sobre as possibilidades de desenvolvimento do país que se adequava às novas forças produtivas e que exigiam novas relações de produção. A educação assumia o papel de preparar os novos trabalhadores para as novas relações sociais. Na mesoregião oeste do estado do Paraná o papel da escola ainda era o de colaborar com a nacionalização de um território que era dominado por argentinos e paraguaios. A organização do Grupo Escolar, modelo criado pelo estado do Paraná em 1914, que dividia as disciplinas em séries e conteúdos progressivos, se encaixava com o novo formato da divisão social do trabalho e atrelava-se a nova fase capitalista mundial.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, J. C. S. As instituições escolares na Primeira República: ou os projetos educativos em busca de hegemonia. In: NASCIMENTO, M. I. M. [et al], (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. São Paulo: Autores Associados, 2007.

EMER, I. O. **Desenvolvimento histórico do Oeste do Paraná e a construção da escola**. 1991. Dissertação (Mestrado em Educação). Departamento de Administração de Sistemas Educacionais, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.

MARX, K. Prefácio da Segunda Edição. **O Capital**: crítica da economia política. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. – 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

OLIVEIRA, M. C. M. de. Organização escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Revista Educar**. Curitiba: n.º 18, p. 143-155, Editora da UFPR, maio de 2001a.

OLIVEIRA, R. C. **O silêncio dos vencedores: genealogia, classe dominante e Estado do Paraná**. Curitiba: Moinho do Verbo, 2001b.

SAVIANI, D. Instituições Escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. In: NASCIMENTO, M. I. M. [et al], (Orgs.). **Instituições Escolares no Brasil**: conceito e reconstrução histórica. São Paulo: Autores Associados, 2007.

WACHOWICZ, R. C. **História do Paraná**. 10ª ed. Curitiba: Imprensa Oficial (Brasil Diferente), 2002.

Obras raras:

LIMA, P. **Foz do Iguaçu e sua história**. Foz do Iguaçu: Copyright, 2001.

SEITZ, M. **História da Paróquia São João Batista de Foz do Iguaçu**: Pioneira do Oeste do Paraná. São Paulo: Verbo Divino, 1974.

Fontes primárias:

PARÓQUIA SÃO JOÃO BATISTA. **Livro tombo da Paróquia São João Batista**. Foz do Iguaçu: 1920.

Sites consultados:

Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu. Disponível em: <http://www.fozdoiguacu.pr.gov.br/turismo/br/atrativos/mitre>. Acesso em: 11/07/2007.

Recebido: 24/05/2008

Aceito: 09/11/2008

Endereço para correspondência: Denise Kloeckner Sbardelotto. E-mail: deniseklsb@yahoo.com.br